

Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional*

Marilda Villela Yamamoto

Em primeiro lugar, gostaria de saudar os colegas aqui presentes e agradecer o convite a mim dirigido para contribuir nesta reflexão coletiva sobre o ensino e a pesquisa no Serviço Social, identificando desafios na construção de um projeto de formação profissional.

Dada a amplitude do tema proposto — que envolve o ensino e a pesquisa na graduação e na pós-graduação — irei abordá-lo através de um recorte temático: uma aproximação preliminar ao balanço da produção acadêmica do Serviço Social na última década (anos 80), procurando detectar avanços e impasses, assim como indicar pistas para a ultrapassagem dos limites identificados, o que será enriquecido com a contribuição da reflexão coletiva. A escolha desse caminho — um balanço dos eixos polarizadores da produção acadêmica nos anos 80 — justifica-se na medida em que esta produção é fruto da pesquisa e indicativa de suas tendências, assim como vem subsidiando o debate no âmbito da formação profissional.

Há que lembrar que em 1992 completou-se um decênio da aprovação do currículo mínimo vigente para o curso de Serviço Social, já havendo indicações da necessidade de sua reformulação. Esta implicará necessariamente em uma avaliação rigorosa da formação profissional vigente, nas suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. É expectativa da ABESS que este Encontro possa resultar na indicação de uma

* Esta conferência encontra-se parcialmente apoiada em outro texto de minha autoria, intitulado "O debate contemporâneo da reconceitualização no Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo", (ainda não publicado), elaborado como exigência para fins de concurso público para Professor Titular na UFRJ, onde se encontra documentada uma exaustiva bibliografia de referência.

pauta de debates que norteie o conjunto das unidades de ensino tendo em vista a revisão do currículo mínimo ora em vigor.

Antes de ingressar diretamente no tema, importa explicitar algumas premissas norteadoras desta análise.

O ponto de partida é o de que as particularidades da polémica profissional instaurada no Serviço Social nos anos 80 são tributárias da complexificação histórica do Estado e da sociedade no Brasil, verificada com a expansão monopolista sob a égide do capital financeiro, impulsionada pelas novas condições econômico-políticas criadas com a ditadura militar e sua crise. É no quadro dessas profundas modificações por que passou a sociedade brasileira, que se explica o florescimento de um processo de lutas democráticas cuja visibilidade no cenário político só se dá no último quartel da década de 70. Tal processo condiciona fundamentalmente o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social, exigindo novas respostas profissionais. Foi este o solo histórico que tornou possível e impôs como socialmente necessário um amplo movimento de renovação do Serviço Social, que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais.

Por meio dessa renovação — da qual fomos todos protagonistas nos últimos anos — o que se buscava era assegurar a contemporaneidade do Serviço Social: assegurar sua conciliação com a história presente, capaz de decifrar as necessidades e condições da sociedade brasileira, de modo a ter propostas que lhe possibilitasse afirmar-se como uma profissão necessária no espaço e tempo dessa sociedade.

Outra premissa que norteia esta análise é a de que pensar a pesquisa e formação profissional numa ótica histórica supõe implodir com uma visão aprisionada às fronteiras internas do Serviço Social. É na história da sociedade, na prática social que se encontra a fonte de nossos problemas e a chave de suas soluções. Assim, é lançando o olhar para um horizonte mais amplo — horizonte que apreenda o movimento da sociedade e as novas demandas aí gestadas para o Serviço Social — que se torna possível iluminar as suas particularidades na trama das relações de classe.

Os debates que estão ocorrendo neste evento são indicativos de novas questões que, na entrada da década de 90, vêm se apresentando no cenário do Serviço Social, seja no âmbito da municipalização das políticas públicas, seja no âmbito das políticas e estratégias empresariais,

das alterações tecnológicas e organizacionais nos processos de trabalho e das respostas dos movimentos sindical e operário. Tais questões, expressando processos sociais que têm lugar na vida social, não têm uma refração imediata e automática, no mesmo ritmo temporal, na órbita da produção acadêmico-profissional. Se os processos históricos impõem limites e descortinam potenciais alternativos para o exercício profissional, elas têm que ser por nós apropriados e elaboradas de modo que se configurem como desafios na esfera da intervenção e da produção de conhecimentos e se transformem em propostas de ação e de pesquisa. Em outros termos, aquelas possibilidades emergentes na trama das relações sociais têm uma refração na órbita profissional permeada por inúmeras mediações até se moldarem como respostas teóricas e técnico-políticas no campo profissional, seja no nível da produção científica, seja no nível das estratégias de ação profissional. Assim, se a profissão dispõe de condicionantes sociais que ultrapassam a vontade e consciência de seus agentes individuais, ela é também fruto dos sujeitos que a constroem coletivamente.

O que construímos coletivamente na década de 80 no terreno do Serviço Social?

Herdeira da ditadura militar e de seu projeto de modernização conservadora, a categoria dos assistentes sociais emerge na cena social no processo de "transição democrática" com um novo perfil acadêmico-profissional, que representa, no meu modo de ver, um salto de qualidade na trajetória do desenvolvimento profissional.

Ao lançarmos um olhar retrospectivo para o referido período, verificamos ter encontrado um mercado nacional de trabalho consolidado para o Serviço Social, com enorme ampliação do contingente de Assistentes Sociais, assim como das unidades de ensino da rede privada e pública. Realizou-se, no período da ditadura militar, a real inserção do Serviço Social nos quadros universitários, passando a formação profissional a ser progressivamente submetida às exigências da pesquisa da extensão; ocorreu também um redimensionamento do ensino especializado. A proposta de currículo mínimo, efetuada pela ABESS em 1979 e aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1982, foi implementada pelas unidades de ensino a partir de meados da década. Os desdobramentos da implementação do currículo pleno alteraram substancialmente o debate no campo da história, teoria e método no Serviço Social, assim como permitiram avançar na análise das políticas sociais e dos movimentos sociais.

Consolidou-se a pós-graduação *strictu sensu* nessa área profissional. Se as primeiras iniciativas datam de 1972, já no alvorecer dos anos 80 temos seis cursos de mestrado, número este ampliado recentemente com a criação do curso da Universidade de Brasília. No lastro de dez anos verificamos a consolidação acadêmica do ensino pós-graduado no nível de mestrado e com desdobramentos no nível de doutoramento, através do programa implantado pela PUC-SP, que já dispõe hoje de uma ampla rede de intercâmbios e relações nacionais e internacionais.

Viabilizamos o nosso reconhecimento científico junto às entidades oficiais de fomento à pesquisa, que passam a impulsionar e apoiar o desenvolvimento acadêmico no âmbito do Serviço Social. A ABESS vem desempenhando um papel ativo em todo esse processo, assim como o seu organismo acadêmico — o Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social e Políticas Sociais (CEDEPSS).

No campo da organização político-corporativa dos assistentes sociais foi criada uma ampla rede de representação através da expansão dos sindicatos e da criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS).

O que esta breve retrospectiva nos revela é que os Assistentes Sociais responderam ativamente e de uma forma fértil aos novos desafios postos pelo novo tempo da sociedade brasileira, marcado pelas lutas democráticas e pela expansão monopolista, seja em termos de formação acadêmica, seja em termos do repensar de sua prática, contribuindo decisivamente para a conquista da maioridade intelectual do Serviço Social, para a travessia de sua "cidadania acadêmica".

Que preocupações polarizaram a produção e a polêmica profissional nos últimos dez anos?

A primeira constatação a ser feita é a incontestável proeminência que as interpretações de caráter histórico-crítico foram assumindo progressivamente na liderança do debate acadêmico-profissional. Este rumo intelectual e político vem alimentando a conformação de uma nova face para o Serviço Social, distinta da herança de suas origens, seja no campo da produção teórica, seja no campo do exercício profissional, na busca de ampliação de suas bases de legitimidade para além das esferas patronais, no sentido de incorporar interesses e necessidades dos segmentos populacionais subalternizados que são alvo de seus serviços profissionais. Tal rumo é socialmente tributário das lutas acumuladas pela conquista e aprofundamento da democratização da vida social —

da sociedade e do Estado — no horizonte da democratização não só da política, mas também da economia. Encontra-se aí o alicerce sócio-político que tornou possível e viável o deslocamento das interpretações de cunho estrutural-funcionalista da cena principal do debate profissional, alargando espaços para os questionamentos por parte de vertentes mais críticas na reflexão do Serviço Social.

A segunda constatação a ressaltar é que, nesse período, conseguimos dar importantes passos no sentido de ultrapassar uma visão doméstica, familiar e consensual das relações profissionais. Destarte, a política teórico-política foi estimulada, contribuindo para o desenvolvimento de uma visão essencialmente crítica nesta órbita profissional: crítica na explicação da sociedade e da prática profissional nela inscrita; crítica quanto ao ideário profissional, isto é, quanto ao modo de pensar consuetudinário em sua trajetória histórica. Tal se desdobrou em uma crítica marxista dos próprios "marxismos" presentes no Serviço Social, a partir de suas incorporações pelo movimento de reconceitualização. Contestam-se os dogmatismos, a apologética no trato das teorias, através da busca de aprofundamento de suas fontes originais. A crítica transforma-se em auto crítica das formulações teóricas oriundas das primeiras aproximações do Serviço Social à ampla tradição marxista. Nesse veio, a produção acadêmica acumulada vem contribuindo para adensar o debate, em relação de parceria com outras áreas científicas e profissionais mais consolidadas.

A terceira constatação a ser feita é a aproximação, ainda incompleta e necessitando ser cultivada, do Serviço Social às fontes clássicas e contemporâneas do pensamento social na modernidade. Desencadeou-se um esforço intencional, por parte de segmentos de pesquisadores e docentes, de apropriação de referenciais teórico-metodológicos de distintas matrizes intelectuais e sociais. No campo da tradição marxista, verifica-se uma preocupação em incorporar as contribuições de Marx não "evangelicamente", mas como um manancial inesgotável de sugestões; sugestões estas que têm que ser atualizadas por meio da pesquisa histórica criadora sobre as condições particulares de nossa sociedade, de modo a tornarem-se capazes de iluminar novas perspectivas para a prática profissional, a partir das condições concretas com que se defronta o assistente social no seu cotidiano de trabalho.

Se essa tem sido a tônica do debate, que indicações ele nos traz? Quais os seus avanços e limites?

Parece-me que poderíamos situar o debate profissional nessa última década em dois grandes eixos temáticos. O primeiro, a crítica teórico-metodológica tanto do conservadorismo como da vulgarização marxista, colocando a polémica em torno das relações entre história, teoria e método no Serviço Social. O segundo, o resgate da historicidade da profissão, seja na perspectiva de reconstrução de sua trajetória histórica na sociedade brasileira, seja da explicação das particularidades históricas de sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho.

Verifica-se um reencontro do Serviço Social consigo próprio, sob novas bases, mediado pelas relações societárias, isto é, pelas relações de classe. Reencontra-se não só com seu passado histórico, que passa a ser reconstruído, adquirindo visibilidade, através de análises de cunho regionais e de estudos de casos. Reencontra-se também com as particularidades de sua prática na sociedade brasileira presente, em suas relações com o Estado, com as forças e movimentos sociais organizados, possibilitando-lhe, assim, elucidar a sua posição na divisão social e técnica do trabalho.

É interessante observar que nesse trajeto de auto-reconhecimento as interpretações são múltiplas. Instaura-se um debate, a partir da literatura, entre distintas visões do Serviço Social, inclusive no interior do campo progressista. Assim, por exemplo, no âmbito dos pesquisadores que reivindicam um vínculo com a tradição marxista, afloram maneiras de pensar e explicar a profissão sob diferentes matizes.

É digno de nota que o Serviço Social, ao se colocar como objeto de sua própria pesquisa, encontre-se concomitantemente com uma ampla gama de preocupações, que o envolvem, mas também o extrapolam, concernentes às relações entre o Estado e a sociedade civil, nos quadros da expansão monopolista. Dado por suposto o acúmulo crítico já obtido na análise da profissão no âmbito das relações sociais fundamentais da sociedade capitalista, a pesquisa tem progredido no sentido de articulá-la às políticas sociais públicas em especial, desentranhando, sob um ângulo crítico, os fios que articulam o Serviço Social com a assistência, para mais além de sua versão assistencialista. O foco que vem privilegiando as políticas sociais tem contribuído para uma politização da ação profissional, não mais nos marcos do militância, mas no sentido de compreender suas imbricações com o poder das classes, e, destacadamente, com o poder de Estado.

Esse campo de preocupações vem fazendo com que o Assistente Social, ao rever e repensar os determinantes sócio-políticos de sua prática, passe a enfrentar, junto com o conjunto da sociedade, os dilemas da democracia, da cidadania e dos direitos sociais a ela inerentes, impulsionado tanto pela mediação das particularidades de seu exercício profissional, como pela sua condição de cidadão.

Quais as conquistas obtidas e quais os "buracos negros" do debate profissional, no período considerado?

Numa aproximação preliminar, ao balanço da produção acadêmica, sem qualquer pretensão exaustiva, no se refere ao primeiro eixo assinalado — qual seja, a crítica teórico-metodológica tanto do conservadorismo quanto da vulgarização marxista, articulado em torno do debate entre teoria história e método no Serviço Social — identifico um significativo avanço. Avançamos da mera denúncia do tradicionalismo profissional ao enfrentamento efetivo de seus dilemas, tanto na construção da crítica teórica, como na elucidação de seus limites sócio-culturais e políticos na condução da prática profissional; avançamos no esforço de ultrapassar os "metodologismos" na direção de uma maior proximidade do Serviço Social com as grandes matrizes do pensamento social contemporâneo, delas extraindo os fundamentos teórico-metodológicos para a explicação da profissão e para iluminar suas possibilidades de intervenção. Avançamos do ecletismo no trato das teorias para a busca de uma convivência plural de idéias no universo profissional, o que não deve eliminar a luta pela hegemonia travada entre os representantes de distintas vertentes analíticas e suas matizes na arena acadêmico-profissional.

No bojo do debate entre teoria, método e história no Serviço Social, este vem recebendo as refrações da chamada "crise dos paradigmas". Dada a aproximação que segmentos significativos da categoria profissional vêm estabelecendo com a tradição marxista, ela se torna o alvo das polémicas. No trato da crise dos paradigmas há que cuidar para não nos deixarmos aprisionar pela armadilha que consiste em colocar na mira dos embates caricaturas do pensamento de Marx como se fossem o próprio Marx, confundindo os personagens e fazendo a crítica de viés que, se não vulnerabiliza o núcleo fundante de suas elaborações porque não o atinge, certamente difunde malversações teóricas, imputando às caricaturas os ingredientes da propalada "crise do marxismo". Nesse veio, preocupam-me afirmativas que sustentam a impossibilidade de,

por meio da inspiração teórico-metodológica de raiz marxiana, encaminhar problemas tais como a relação indivíduo e sociedade, a conjugação entre as dimensões macro e micro societárias, a articulação entre os planos da objetividade e da subjetividade na vida social e da universalidade, particularidade e singularidade. O diálogo neste caso é claramente travado com a vulgata do marxismo, demonstrando talvez desconhecimento da matéria que é posta como objeto da crítica. Se a vertente teórica em questão fosse viável apenas para a explicação do que se denomina "grandes determinações da sociedade", não sendo capaz de elucidar a vida social cotidiana na sua historicidade, ela, de fato, não teria sentido enquanto uma das perspectivas teórico-metodológicas para a explicação do movimento da sociedade capitalista, isto é, do processo histórico de suas transformações. Conseqüentemente a crítica seria inócua, transformando-se em mero diletantismo. Reconheço, também, ser pouco difundida, uma leitura da obra marxiana direcionada àquelas preocupações supra-assinaladas no âmbito do Serviço Social. Creio haver necessidade de uma aproximação mais rigorosa às fontes clássicas, de modo a se evitar uma apropriação de autores que esvazie a riqueza e complexidade de suas contribuições, destituindo a dimensão de universalidade que preside suas produções. É esta dimensão de universalidade que, acoplada à pesquisa das particularidades históricas de nosso tempo, permite-nos incorporar as sugestões contidas naquelas fontes para iluminar a análise de processos sociais no presente e vislumbrar as possibilidades de ação neles inscritas, transformando-as em projetos sociais e/ou profissionais.

Esta observação adquire especial relevo no campo do Serviço Social visto que não se institucionaliza com uma "ciência especial" no quadro da divisão do trabalho: não surge com a função precípua de produzir conhecimentos que articulem um campo "peculiar" do saber, consoante a divisão de trabalho que foi forjada historicamente entre as ciências. O fato de se constituir como uma profissão, que traz inerente uma exigência de ação na sociedade, não exclui a possibilidade e necessidade de dedicar-se a investigações e pesquisas, adensando o acervo da produção intelectual no vasto campo das intercorrências da "questão social", contribuindo para o crescimento do patrimônio científico no campo das Ciências Humanas e Sociais.

O Serviço Social construiu, ao longo de sua existência, uma história: uma história de sua prática e uma história do ideário que incorporou para explicar-se na sociedade e para projetar nesta o seu

fazer. Impôs-se, pois, como compulsório o diálogo com o pensamento social clássico e contemporâneo, que hoje vem sendo aprofundado no debate teórico-metodológico presente no meio acadêmico.

Tais considerações me levam a concluir que, do ponto de vista do debate teórico-metodológico defrontamo-nos, hoje, com um duplo desafio. Por um lado, a necessidade de dar prosseguimento, com o maior rigor e profundidade possíveis, à apropriação das vertentes teóricas que vêm marcando presença no palco daquele debate. Apropriação essa que, não se esgotando na mera erudição, transforme, de fato, o tratamento atribuído às categorias e princípios metodológicos num instrumento de trabalho para a explicação dos processos sociais que circunscrevem o exercício profissional e das virtualidades que carregam, de modo a orientar o direcionamento da ação e a descoberta de novas possibilidades de intervenção. Por outro lado, a urgência de se atribuir uma atenção mais específica às estratégias de intervenção profissional, como há largo tempo vem sendo apontado em nosso meio. Tal indicação encontra-se enraizada no fato de o assistente social não ser exclusivamente um analista social. As múltiplas funções que desempenha no mercado de trabalho lhe exigem também uma interferência prática nas questões sociais. Muitas vezes canalizamos as exigências da formação profissional unilateralmente ora para os procedimentos operativos, ora para a qualificação teórica. A ruptura com o empirismo e o utilitarismo, que tão fortemente grassaram o passado desta área profissional, é um requisito fundante para os avanços já acumulados. E a formação de profissionais, que sejam também analistas sociais qualificados, é uma das metas que vimos perseguindo nos últimos anos. Essa formação não pode se dar no entanto em detrimento da capacitação voltada para a formulação de propostas de intervenção. Capacitação esta que, presidida por uma competência teórica e técnico-política, se traduza na construção de respostas à demandas imediatas postas ao profissional, o que não implica em sua imersão nos imediatismos. Trata-se, ao contrário, de conjugar as ações imediatas com as exigências de médio e longo curso, vislumbradas no contexto dos desdobramentos da ação. Nesta direção já temos acumulados subsídios, seja no nível das análises de conjuntura, seja no nível das análises das relações de poder no campo institucional. Há contudo muito a avançar quanto a alguns dilemas clássicos da prática política que se atualizam, através de mediações muito particulares, na prática do Serviço Social, a saber: o burocratismo, o basismo, o espontaneísmo, o reformismo, entre outros, que se expressam no cotidiano

profissional e já dispõem de um lastro de análise acumulado no campo da ciência política.

Outro aspecto da maior relevância para a formulação de estratégias profissionais eficazes é a necessidade de se unir a discussão dos fundamentos teórico-metodológicos à pesquisa de situações históricas específicas que são objeto de nossa prática. É da análise e do desvendamento dessas situações específicas, em sua múltiplas relações com o movimento da sociedade enquanto totalidade histórica, que podem emergir estratégias que considerem a trama dos interesses sociais que ali se expressam. As estratégias não são fruto de uma criação mágica ou arbitrária do pensamento, mas advêm das indicações descobertas no processo de explicação das situações particulares com que nos defrontamos no cotidiano do fazer profissional. Neste sentido, preocupa-me a pouca atenção que vem sendo atribuída pelo Serviço Social ao conhecimento dos sujeitos sociais que são o alvo de nossa prática profissional, o que tem sido relegado a um campo bastante secundário nas últimas décadas, como o demonstra a relativa carência de publicações sobre a temática na bibliografia do Serviço Social. Perguntaria: como formular estratégias profissionais se não estamos acompanhando as alterações que vêm se processando no modo de vida e de trabalho das populações usuárias dos serviços profissionais?

O segundo eixo polarizador do debate nos anos 80 que situei foi o reencontro do Serviço Social com sua história, estabelecendo alicerces mais sólidos para a elucidação de suas particularidades históricas na trama das relações entre o Estado e a sociedade civil, especialmente no âmbito das políticas sociais. O balanço inicial deste nóculo central do debate indica que a tônica da produção acadêmica tem sido a relação do Serviço Social com o Estado, no bojo da expansão monopolista, mediada pelas políticas sociais públicas, como estratégias do bloco do poder no enfrentamento da "questão social". A ótica é a de que através dessas políticas viabilizam-se direitos sociais implicados no estatuto de cidadania, o alargamento dessas políticas aos setores subalternos tem sido parte das lutas da nação, cuja história política é marcada pela ideologia do favor, do mando e não do mandato, pela privatização da coisa pública em função de interesses privados. A luta pelo reconhecimento de direitos sociais em uma formação sócio-política onde a relação entre as esferas pública e privada deu-se mediada por formas políticas como os coronelismos e os populismos — nos interregnos de longos períodos ditatoriais — é, sem sombra de dúvidas, uma batalha

cívica da maior importância histórica na construção da sociedade nacional. Especialmente quando se somam a esta herança as orientações de cunho neo-liberal que afetam transversalmente as políticas sociais, apontando para um Estado máximo para o capital e um Estado mínimo para a reprodução da força de trabalho, com profundos cortes nos gastos sociais e orientações políticas claramente privatizantes.

O que merece destaque no momento é o que essa tônica da análise — o vínculo do Serviço Social com as políticas públicas tem ocultado. Desentranhar os supostos subjacentes à análise, fazendo-os vir a superfície, dando transparência aos argumentos, é tarefa da crítica. Pretendo assim levantar algumas pistas polêmicas para alimentar a discussão.

A ênfase da produção acadêmica incidente sobre as relações do Serviço Social com as políticas sociais do Estado e os aparatos institucionais que a implementam tem tido, como contrapartida o relativo obscurecimento da sociedade civil — verdadeiro cenário de toda a história, nos termos de Marx. Deixando esta de ser o foco da análise, sua apreensão tem sido filtrada, na literatura profissional, através das estratégias do Estado e ações dos governos, via políticas sociais, direcionadas à sociedade civil. Por exemplo, os estudos sobre a pauperização e os processos de diferenciação interna das classes subalternas, articulados às configurações do mundo do trabalho, tem sido subestimados em favor da análise do modo de organização dos recursos e iniciativas governamentais no campo da assistência pública. Em outros termos, a indagação tem sido voltada para como fazer frente ao pauperismo ao nível das iniciativas e aparatos governamentais e não para a identificação das formas específicas que vem assumindo o crescimento ampliado da pauperização das classes despossuídas na sociedade brasileira e as razões deste crescimento. As respostas a esta última questão forneceriam inclusive as bases referenciais para a avaliação do alcance e eficácia (ou não) das medidas oficiais nesse campo, tendo em vista a extensão e as feições que assume a pobreza no nosso país. À medida que tais questões ficam submersas, o profissional vê-se desprovido de parâmetros objetivos, calcados na realidade, capazes de norteá-lo na avaliação daquelas políticas assistenciais e, ademais, de lhe fornecerem bases para a reorientação das ações institucionais, mais além do "reformismo institucional", como alternativa supostamente suficiente para o enfrentamento da pobreza.

A observação supra-referida não implica em desconhecer o substancial desenvolvimento que vem obtendo, nesta área profissional, as

análises sobre as políticas sociais e, em especial a assistência pública, com materiais empíricos e tratamentos teóricos até pouco tempo inexistentes no Serviço Social. E ainda mais: tal produção parte do reconhecimento do papel decisivo que o Estado vem desempenhando na regulação da sociedade civil, nos domínios de uma economia oligopolizada.

Se esta face do debate é substantiva, um corte indispensável para elucidar a prática profissional nessa arena das políticas sociais do Estado, a concentração unilateral da pesquisa nesse campo revela-se como parcial: para a análise do Serviço Social nas relações entre o Estado e a Sociedade Civil, podendo esclarecer alguns dos dilemas que os Assistentes Sociais vivenciam no presente.

Nos termos da análise marxiana é a sociedade civil que explica o Estado. Como sustenta Lefebvre (1975): "a verdade do político (e consequentemente do estatal) está no social, sendo as relações sociais que permitem compreender as formas políticas, jurídicas, religiosas, artísticas". Aqui a sociedade civil é compreendida como o terreno da produção social, no sentido abrangente — que não se confunde com qualquer viés economicista —, como: produção capitalista de mercadorias, envolvendo o processo de trabalho; como produção das classes sociais e suas diferenciações, isto é, dos sujeitos sociais; como produção das formas de pensar e representações culturais através das quais os indivíduos sociais expressam seus modos de vida e de trabalho.

Concentrar unilateralmente a problemática do Serviço Social nos círculos do Estado poderá levar-nos à reedição, no presente, do velho dilema da economia política clássica: o aprisionamento da análise no campo da distribuição da riqueza, uma vez que a esfera da produção capitalista é tida como natural, perene, abençoando o regime capitalista de propriedade, a concentração e centralização do capital e a pauperização como sua contra face. A derivação é clara: as alternativas de análise passam a ser circunscritas ao campo da distribuição mais equitativa dos recursos sociais, pela intermediação do Estado, dentro dos limites estabelecidos pelo ordenamento da produção nos moldes dados pelo capital, que passa a ser investido de infernais poderes eternos.

Transitando neste rumo de raciocínio para o campo das políticas sociais encontramos a sua universalização, como horizonte máximo de uma perspectiva distributivista ao nível da sociedade. É reincidente a preocupação com racionalização dos gastos públicos, ou seja com a parcela da riqueza socialmente produzida, canalizada para o Estado e

sob seu controle, deixando entretanto intocados os juros do capital financeiro, os lucros industriais e comerciais e a renda territorial dos proprietários privados. A perspectiva que restringe análise das políticas sociais ao campo da distribuição, considerando apenas os orçamentos governamentais — sem considerar a distribuição dos meios de produção, que garante a produção e apropriação dos excedentes pelos capitalistas privados — pode levar a apreender os investimentos públicos numa lógica contábil e administrativa: como melhor distribuir os recursos existentes, sem questionar como estão sendo produzidos. O desdobramento da armadilha, como salienta Menezes (1993) é o seguinte: mais recursos e sua melhor administração no campo das políticas sociais, mais justiça e igualdade sociais, e portanto mais democracia, que passa a ser reduzida a um padrão de proteção social, obscurecendo o que ocorre no campo do trabalho, da conformação e reprodução das classes sociais e de suas desigualdades. Não resta dúvida de que, diante dos avanços da voga neoliberal, a universalização das políticas sociais representa um alargamento da esfera de atendimento das necessidades sociais de setores majoritários da população, ainda que mantendo as condições básicas responsáveis pela reprodução ampliada da pauperização, que são deixadas intocadas.

A relativa secundarização da sociedade civil antes referida tem outras implicações. Ocultar a sociedade civil é também ocultar processos fundamentais de transformação histórica do presente que nela têm lugar. Tentar apreender apenas as suas refrações na órbita do Estado é, ao mesmo tempo, impossibilitar a sua apreensão, visto que os interesses de classes que se expressam através do Estado não têm nele a sua origem, mas se gestam na esfera da produção econômica, no terreno da sociedade civil.

O relativo alheamento da sociedade civil, verificada majoritariamente no âmbito da produção especializada recente do Serviço Social, é, também, o seu alheamento da produção dos indivíduos sociais, do processo de construção de uma forma histórica de individualidade social, que vem sendo forjada por esta sociedade em que vivemos. Gostaria de reforçar uma observação já apresentada anteriormente de modo sucinto: a rarefeita produção acadêmica sobre o que tradicionalmente se denominava "clientela" do Serviço Social. Pouco se sabe, para mais além do senso comum, sobre os segmentos populacionais com os quais se trabalha: os modos de trabalho e as formas sociais que assumem; as experiências, aspirações e suas conformações em termos político-cultu-

rais. Os assistentes sociais têm uma possibilidade de contato direto extremamente privilegiada, com a vida cotidiana das classes subalternas, na sua diferencialidade. Mas esta possibilidade pouco tem se revertido em provocação para a pesquisa, que atente para as diferenças internas dos vários segmentos das classes trabalhadoras e para a apreensão das formas distintas de subalternidade; formas estas que vão implicar em encaminhamentos também distintos das ações profissionais. Faz-se necessário, no meu entender, estimular as investigações sobre as condições e situação de vida e de trabalho dos múltiplos segmentos sociais com os quais atuamos, resgatando suas vivências e práticas, suas representações, enfim, como vivenciam e enfrentam as relações de exploração e dominação, no interior das quais vão se forjando como sujeitos individuais e coletivos. É nesse processo que constroem suas consciências não só como alienação, mas como mediação crítica da história

Torna-se, pois, urgente para o Serviço Social "nutrir-se" da sociedade brasileira do presente: sociedade essa que vem passando por profundas transformações, sob a égide do capital financeiro e dos grandes conglomerados empresariais, nas quais o Estado tem tido um papel decisivo, através de seu apoio legal, financeiro e fiscal. Temos novas características na divisão de trabalho entre cidade e campo, agricultura e indústria, colocando amplos setores no circuito das formas de integração de capitais, apoiados no desenvolvimento tecnológico que vem alterando substancialmente os processos de trabalho com largas repercussões nas formas de sobrevivência das populações trabalhadoras. Novas terras foram incorporadas ao circuito capitalista, novas lutas sociais foram criadas, novos personagens entraram em cena. E, nesse processo, o Serviço Social defronta-se, nas condições de sua prática, com as seqüelas materiais, morais e culturais do trabalho assalariado e da falta deste, expresso em um enorme contingente de população sobrente, excluído do mercado de trabalho.

Tais elementos sinalizam a importância do acompanhamento da dinâmica das interrelações entre o Estado e a sociedade no país, a partir das situações históricas específicas que são objeto da prática profissional, de forma que, sem perder as suas dimensões particulares e singulares, permita decifrar processos sociais macroscópicos que nelas se expressam, conciliando a prática profissional, o ensino e a pesquisa no Serviço Social com o tempo presente de nossa vida social, nela desdobrando os desafios de um projeto de formação profissional em reconstrução.

Bibliografia

- ANDERSON, P. *A crise do marxismo ocidental*. São Paulo, Brasiliense, 1985, 2 ed.
- ANDREUCCI, "A difusão e vulgarização do marxismo". In: HOBBSBAMM, E. (Org.). *História do Marxismo*, vol. 2. São Paulo, Paz e Terra, 1982, pp. 15-44.
- FALEIROS, V. P. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo, Cortez, 1982.
- _____. *A política social no Estado capitalista*. São Paulo, Cortez, 1981.
- HELLER, A. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona, Península, 1977.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. Ensaios críticos. São Paulo, Cortez, 1992.
- IAMAMOTO, M. V. et alii. "Relatório avaliativo da área de pós-graduação em Serviço Social (1987-1989)". In: *Serviço Social e Sociedade* n. 38. São Paulo, Cortez, abril 1992.
- LEFEBVRE, H. *Sociologia de Marx*. São Paulo, Forense, 1975.
- _____. *Critique de la vie quotidienne*. v. I e II. Paris, L'Arché Ed., 1958/1968.
- LUKÁCS, G. "O particular à luz do materialismo histórico". In: *Introdução à estética marxista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 73-122.
- MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo, Cortez, 1989.
- MARTINS, J. S. "Dilemas das classes subalternas na idade da razão." In: *Caminhada no chão da noite*. São Paulo, Hucitec, 1989.
- MARX, K. Elementos fundamentais para a crítica de la economia política (Grundrisse). 1857-1859. 11 ed. México, Siglo XXI, 1980, 2 tomos.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã* (Feuerbach). São Paulo, Grijalbo, 1977.
- MENEZES, M. T. C. *Em busca da teoria: políticas de assistência pública*. São Paulo, Cortez, 1993.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1991.
- _____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.
- QUIROGA, C. *Uma invasão às ocultas: reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1989.
- SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo. 1979-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SCHAFF, A. *Marxismo e indivíduo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- SPOSATI, A. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo, Cortez, 1988.
- SPOSATI, A. et alii. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo, Cortez, 1985.
- SPOSATI, A. e FALCÃO, M. C. *Assistência social brasileira: descentralização e municipalização*. São Paulo, Educ, 1990.
- YAZBECK, M. C. *Assistência social na conformação da identidade subalterna*. Tese de doutorado. São Paulo, PUC-SP, 1992.

- Vv. Aa. A metodologia no Serviço Social. *Cadernos ABESS 3*. São Paulo, Cortez, 1990.
- Vv. Aa. Ensino em Serviço Social: pluralismo e hegemonia. *Cadernos ABESS 4*. São Paulo, Cortez, 1991.
- Vv. Aa. A produção do conhecimento no Serviço Social. *Cadernos ABESS 5*. São Paulo, Cortez, 1992.